

CORREIO NACIONAL



Freepik

Não há garantia sobre a qualidade, diz agência

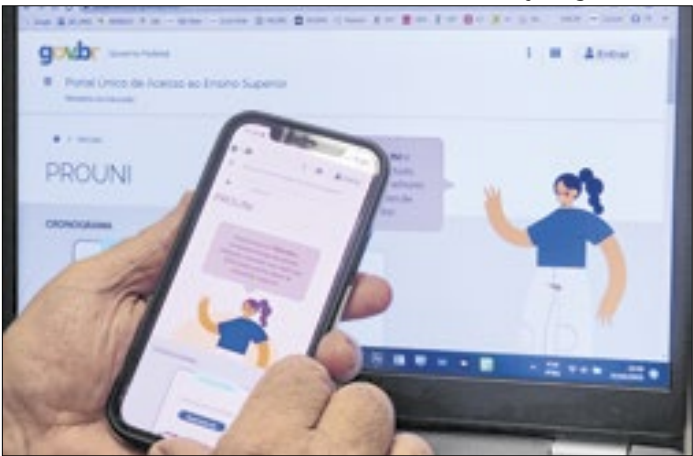
Anvisa proíbe venda de canetas emagrecedoras sem registro

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) determinou a apreensão e proibiu a venda de medicamentos injetáveis, conhecidas como “canetas emagrecedoras do Paraguai”, que não têm registro no Brasil. Decisão atinge medicamentos à base de tirzepatida das marcas Syndeca e TG e de retatrutida de todas as marcas. A decisão foi publicada nesta quarta-feira (21) no DOU (Diário Oficial da União). Eles são comercializados sem registro da Anvisa. A agência determinou a apreensão dos produtos e proibiu a comercialização, distribuição, fabricação, importação, propaganda e uso deles. Agência diz que os medicamentos eram divulgados por perfis de Instagram.

Apenas o Mounjaro é aprovado no país

“As ações de fiscalização determinadas se aplicam a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem os produtos”, diz a resolução publicada no DOU. No Brasil, a única tirzepatida aprovada pela Anvisa é o Mounjaro, da farmacêutica Eli Lilly. A princípio o medicamento foi registrado pela agência, em 2023, para o tratamento do diabetes.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Inscrição vai de 26 a 29 de janeiro

Prouni oferece mais de 590 mil bolsas

A primeira edição do ano do Prouni oferecerá 594.519 bolsas. É a maior oferta da história do Prouni, segundo o Ministério da Educação (MEC). No Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, na parte do Prouni, os candidatos podem consultar as vagas ofertadas por município, curso, turno e instituição privada de ensino superior. O programa federal oferta bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de educação superior privadas.

Alvo são brasileiros sem diploma

O público-alvo do programa são brasileiros que não possuem diploma de nível superior. Do total de bolsas anunciadas, 274.819 são integrais e 319.700 bolsas parciais, de 50%. As inscrições nos processos seletivos para concorrer a um bolsa do programa estarão abertas a partir de segunda-feira (26) até quinta-feira (29).

Novo genérico I

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária concedeu na terça o registro do primeiro medicamento genérico do Dexilant, utilizado no tratamento da azia relacionada à doença de refluxo gastroesofágico e de lesões no esôfago causadas por esofagite erosiva, além de atuar na redução da acidez estomacal.

Novo genérico II

A liberação do registro genérico para o dextlansoprazol, princípio ativo da medicação, foi publicada no Diário Oficial da União. O novo medicamento genérico está indicado para adultos e adolescentes entre 12 e 17 anos, em versões de 30 e 60 Mg. Segundo a Anvisa, a chegada do genérico é considerada um avanço.

Suspensos I

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) suspendeu três suplementos da marca Cycles Nutrition por conterem substâncias que não foram avaliadas em testes de segurança. A decisão foi publicada na quarta no Diário Oficial da União e também determina o recolhimento dos produtos.

Suspensos II

A medida se refere aos suplementos Recover Cycles Nutrition, Shot Ritual Cycles Nutrition e Relax Ritual Cycles Nutrition, que são da marca Cycles Nutrition e fabricados pela Sylvestre Indústria e Comércio de Insumos Alimentícios. Segundo a Anvisa, nenhum desses três suplementos poderá ser comercializado, fabricado ou divulgado.

Intolerância

O Disque Direitos Humanos – Disque 100, canal de denúncias do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), registrou 2.774 denúncias de intolerância religiosa entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026. O cenário mantém a tendência observada em anos anteriores.

Desenrola Rural

Após quase um ano do lançamento do edital da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para o Desenrola Rural, o programa divulgou resultados na regularização de dívidas de pequenos produtores agrícolas. Dados revelam um balanço positivo e apontam que mais de 440 mil acordos foram realizados.



Presidente do Inep respondeu questionamentos

Presidente do Inep nega erro no resultado do Enamed

Universidades privadas apontam divergências sobre avaliação

Da Redação

O presidente Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Manuel Palacios, afirmou nesta terça-feira (20), em entrevista à TV Brasil, que não há erro no resultado da primeira edição do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), que avaliou 351 cursos de medicina em todo o país.

Desse total, cerca de 30% tiveram desempenho insatisfatório, que ocorre quando menos de 60% dos estudantes do curso são considerados proficientes. O resultado na prova é utilizado para calcular o conceito Enade das instituições, que varia de 1 a 5. As notas 1 e 2 são consideradas insuficientes pelo MEC.

O não atingimento da proficiência vem sendo questionado por associações que representam faculdades privadas. Elas alegam divergência entre os dados reportados ao sistema em dezembro do ano passado e os números divulgados agora, especialmente em relação ao total de estudantes considerados proficientes nos cursos.

Essa divergência de informação foi reconhecida por Palacios, e ocorreu, segundo ele, em um comunicado interno via sistema eMEC que as faculdades têm acesso para a validação de informações. O dado errado sobre o número de estudantes que alcançaram a proficiência foi corrigido,

com base no resultado alcançado na prova, e não teria sido usado para classificar os cursos.

“A aplicação do número de estudantes que acolheram proficiência saiu com resultados divergentes. Houve um erro aqui no Inep desse quantitativo. Mas esse dado não foi utilizado para qualquer cálculo dos indicadores de qualidade dos cursos. Então, o que houve foi uma publicação restrita às instituições com uma prévia do número de alunos com proficiência que saiu com dados incorretos”, afirmou o presidente do Inep.

Palacios explicou que os boletins recebidos pelos participantes, os resultados publicados para os cursos e o conceito Enade produzido pelo Inep para todos os cursos de medicina que foram avaliados não têm qualquer problema.

“Os resultados são válidos, estão corretos e não há qualquer intercorrência na publicação desses resultados, tanto daqueles que participaram e receberam o boletim por meio da plataforma do participante, quanto a publicação recente dos resultados”, afirmou.

Segundo ele, o que houve foi uma incorreção na comunicação prévia com as instituições, sem um efeito no cálculo desses indicadores.

“Não há nada publicado pelo Inep que tenha sido entregue ao público que esteja com qualquer erro”, prosseguiu.